



Os movimentos dos sem-teto frente aos governos Lula

Nathalia C. Oliveira¹

I. Introdução

Diante das origens e histórias entrelaçadas do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos sociais brasileiros, propomos aqui refletir sobre o posicionamento e ação dos movimentos dos sem-teto frente aos dois governos petistas do presidente Lula.

Dentre as principais questões a serem analisadas destacamos as seguintes: 1. se há um posicionamento semelhante entre os movimentos dos sem-teto diante do Partido dos Trabalhadores e dos governos Lula; 2 se o governo federal petista estimulou e favoreceu a ação destes movimentos e em que consistem essas ações, pensando aqui tanto na forma de luta direta (ocupações de prédios e terrenos vazios) quanto pela via institucional e 3. qual a posição dos diferentes movimentos dos sem-teto frente ao pacote habitacional federal, *Minha casa, minha vida*.

Para tal reflexão trataremos especificamente da posição de três dos principais movimentos dos sem-teto que atuam na Grande São Paulo. Estamos falando aqui do Movimento de Moradia do Centro (MMC) e

¹ Doutoranda em Ciência Política na Unicamp e membro do Grupo Neoliberalismo e Relações de Classes, alocado ao Cemarx (Centro de Estudos Marxistas). End. eletrônico: natholiveira2004@yahoo.com.br

Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), ambos atuando no centro da cidade de São Paulo; e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), atuante na periferia e nas divisas das cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo.

II. Os movimentos dos sem-teto na Grande São Paulo

Antes de passarmos para a análise da relação entre os movimentos dos sem-teto e os governos Lula, faz-se importante explicitar nossas principais teses sobre esses movimentos².

A principal forma de luta dos movimentos dos sem-teto é a ação direta, ou seja, ocupação em imóveis vazios no centro da cidade ou em grandes terrenos periféricos vagos que servem à especulação imobiliária.

Os movimentos dos sem-teto são movimentos classistas no sentido de que suas bases sociais são compostas por trabalhadores, mais especificamente, trabalhadores que compõem uma fração da classe trabalhadora denominada de massa marginal³. Os sem-teto são, portanto, “trabalhadores marginalizados”, trabalhadores pobres e explorados que possuem uma inserção marginal no nível das relações produtivas.

Os trabalhadores sem-teto se unem e organizam a luta política em torno de um interesse material, uma reivindicação que está ligada a sua posição na estrutura produtiva. Estamos dizendo aqui que os sem-teto reivindicam moradia porque são trabalhadores marginalizados que estão desempregados ou têm uma renda mensal muito pequena que os impossibilitam de conseguirem pagar aluguel e comprar alimentos para a família, temos assim uma reivindicação de classe. Uma reivindicação que está atrelada aos interesses da classe trabalhadora em redistribuir a riqueza, interesse este que vai contra os interesses dos capitalistas. E, na medida em que os interesses são contraditórios, surgem os conflitos e travam-se assim constantes lutas de classes. Dizemos então que os movimentos dos sem-teto são classistas não só pela composição de suas bases, mas pela natureza da reivindicação e pela possibilidade de se travar lutas de classes.

Para completar a idéia de movimento classista é preciso refletir sobre o posicionamento político dos movimentos dos sem-teto, no sentido de tentarmos compreender se a identidade de classe aparece de maneira consciente e constante entre os sem-teto. Neste sentido, encontramos

² As idéias seguintes a respeito do caráter classista e da heterogeneidade de orientação político-ideológica dos movimentos estão desenvolvidas de maneira mais detalhada em minha dissertação de mestrado. Verificar Oliveira (2010).

³ O debate a respeito do conceito de massa marginal pode ser conferido em Nun, 1978 e Kowarick, 1975.

diferenças nos três movimentos estudados e há, portanto, uma heterogeneidade nas orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto (Oliveira, 2010).

Para evidenciar as diferenças nas orientações político-ideológicas dos três movimentos aqui analisados, destacamos a diferenciação entre suas reivindicações, objetivos e ideologias. E, para tal, partiremos do que denominamos de gradações de politizações entre os movimentos dos sem-teto.

Nenhum dos três movimentos analisados se encontra no que definimos como o primeiro nível de politização. Este se refere aos grupos que possuem uma luta localizada para resolver interesses localizados. Geralmente, esses grupos formam movimentos instantâneos (de rápida formação e duração), são destituídos de qualquer sigla e não possuem relações com partidos políticos, nem têm uma ideologia definida.

Saindo da luta local para a luta ampla, dirigida a todos que têm habitações precárias, estaremos saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional é posto em outro nível, no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país. Esse grau de politização é o que se encontra o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Percebe-se que este movimento tem o objetivo de lutar por moradia para todos os trabalhadores sem-teto. No entanto, o Movimento Sem-Teto do Centro não coloca esta discussão em termos de luta de classes e necessidade de construção de uma identidade da classe trabalhadora e tampouco possui objetivos mais amplos, como o de superação da sociedade capitalista.

Há ainda, um terceiro nível, e esse é o mais elevado, onde se encontra o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Trata-se daquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco no poder vigente tal política não mudará. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui três objetivos principais. O primeiro é o de lutar pela moradia e, por isso, organizar as famílias de sem-teto em torno do movimento realizando ocupações e lutando por políticas habitacionais para a população de mais baixa renda. No entanto, o movimento (principalmente as lideranças) acredita que o problema habitacional não será resolvido em sua magnitude se não houver reformas sociais, aqui aparece o segundo objetivo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a saber, a luta pela reforma urbana. Neste sentido, aparecem outras lutas e urgências da população de baixa renda que não

necessariamente se resumem ao problema habitacional. Assim, amplia-se a base do movimento e amplia-se a luta e o leque de reivindicações (trabalho, saúde, educação, infra-estrutura, etc.) E, seguindo ainda a orientação político-ideológica do movimento, estas reformas só poderiam acontecer de fato quando mudasse o bloco no poder vigente e para tal seria necessário travar uma luta pelo poder. É neste sentido, em busca desta luta pelo poder político, que o movimento vai realizando um lento trabalho de politização de sua base para que, no futuro, se consiga, enfim, ter uma classe trabalhadora unida e com uma identidade de classe definida para, então, acontecer a tão esperada transformação social.

Entre o segundo e o terceiro nível estaria o Movimento de Moradia do Centro. Isso porque sua principal liderança e alguns coordenadores têm o tipo de consciência política de que o problema habitacional não poderia ser solucionado de maneira isolada dos outros problemas sociais e tampouco solucionado dentro do modo de produção capitalista. No entanto, muitas das outras lideranças do movimento e grande parte de sua base não possuem essa idéia e buscam, na verdade, travar uma luta política, primeiramente e imediatamente por habitação, podendo depois ser travada em outras áreas, como saúde e educação.

Devido a esta diferenciação de politização dos movimentos e de suas orientações político-ideológicas, os movimentos encaram de maneira diferenciada suas relações com os partidos políticos, governos e Estado.

Dada a limitação do nosso espaço aqui, nos centraremos apenas na relação existente entre os movimentos dos sem-teto e o os governos Lula. No entanto, deixamos apontado que no que se refere a relação entre os movimentos e os partidos políticos existem diferenças nos três movimentos analisados.

A maioria das lideranças dos movimentos do centro de São Paulo aqui analisados (Movimento de Moradia do Centro e Movimento Sem-Teto do Centro) é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), participou da história desse partido e segue compartilhando ideologias e lutas. Muitas destas lideranças possuem dupla militância (no movimento e no partido político) ou até mesmo tripla militância (movimento; partido e governo petista)⁴. Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto estaria mais ligado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), no entanto, a maioria das lideranças e da base deste movimento não possui relações de militâncias nestes partidos.

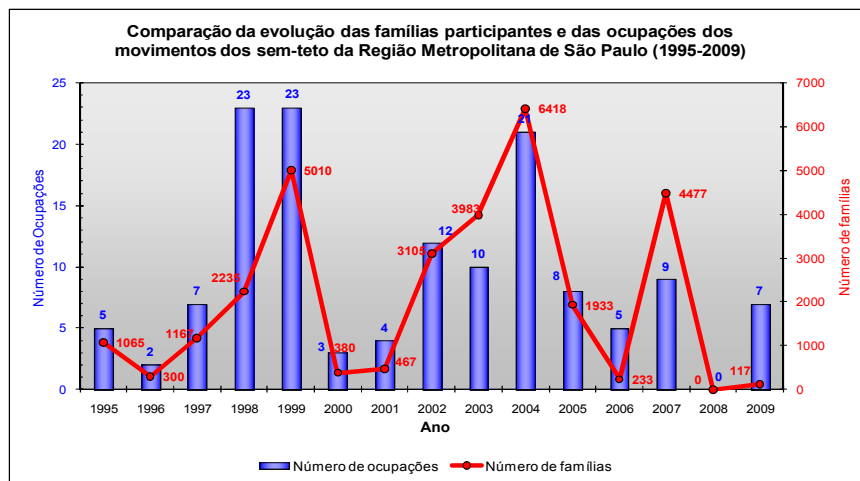
⁴ “(...) sabemos que muitas pessoas dos movimentos têm uma tripla militância – movimento, partido e, quando o partido está no governo, sentem-se parcialmente governo, mesmo não ocupando cargos no poder público” (Tatagiba e Teixeira (2007, p. 86).

III. Os movimentos dos sem-teto diante dos Governos Lula

Como os movimentos dos sem-teto que atuam no centro da cidade de São Paulo estão amplamente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), uma grande questão a ser enfrentada é se isso contribuiu para que haja refluxo das ocupações dos sem-teto durante os governos petistas e aqui destacamos principalmente os governos Lula.

Se, por um lado, é verdade que grande parte dos movimentos dos sem-teto apóia os governos petistas e, além disso, o presidente Lula possui grande popularidade entre os sem-teto da base dos movimentos; por outro lado, é fato que os movimentos dos sem-teto não deixaram de realizar ocupações durante os governos petistas.

De acordo com nosso levantamento junto à imprensa, no ano de 2004, ainda com a gestão petista nas duas esferas de governo (o governo municipal de Marta Suplicy e o governo federal de Lula), os movimentos dos sem-teto chegam a um de seus pontos mais altos no que se refere ao número de ocupação (21) e ao ponto mais alto em relação à mobilização de famílias, mais de 6400 famílias.



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da *Folha de S. Paulo* nos últimos quinze anos (1995-2009)⁵.

A partir do gráfico acima, podemos perceber que no primeiro governo Lula a imprensa noticiou 44 ocupações, enquanto que no segundo

⁵ Em alguns casos, a imprensa não noticiou o número total de sem-teto ou famílias participantes nas ocupações. Esta falta de dados acontece em 2 ocupações em 1998, 2 em 1999, 1 ocupação no ano 2000, 1 em 2001, 2 ocupações em 2006 e 5 ocupações em 2009.

governo (até novembro de 2009), foram noticiadas apenas 16 ocupações. Tal constatação pode ter relação com o fato de que durante o primeiro governo avançou-se mais na construção da instância de participação e controle social da política urbana e pouco se fez no âmbito do financiamento, por exemplo. Dessa maneira, a expectativa das famílias sem-teto, expectativa de poder participar dos programas habitacionais e ter, logo nos primeiros anos do governo Lula, suas moradias conquistadas, fora frustrada e a manifestação desta insatisfação pode ter vindo através da realização de ocupações.

Das instâncias de participação e controle social da política urbana criadas por Lula nos primeiros anos de governo, podemos destacar a criação do Ministério das Cidades, a construção do Conselho Nacional das Cidades e a realização das Conferências Nacional da Cidade.

Deve ser mencionada ainda a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que tramitou por 13 anos no Congresso. O projeto original do Fundo foi modificado, já que a idéia de alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio contrariava fortemente uma das principais políticas neoliberais, a saber, a política de criação de superávit primário.

Apesar dos avanços ocorridos no que se refere à abertura de instâncias participativas, pode-se dizer que a política macroeconômica do primeiro governo, fortemente embasada pela ideologia neoliberal, barra o desenvolvimento e o progresso das políticas habitacionais brasileiras.

A promessa para o segundo governo era de que Lula alteraria eixos amplamente questionados durante o primeiro mandato. Segundo Bonduki (2008: 99-100), a questão de financiamentos se modificou a partir de 2005:

(...) houve uma substancial elevação dos investimentos, de todas as fontes de recursos, ampliação do subsídio, foco mais dirigido para a população de baixa renda, destinação crescente de recursos ao poder público e ampla captação de recursos de mercado, gerando o que muitos consideram um novo boom imobiliário.

Essa elevação dos investimentos, o amadurecimento das instâncias de participação popular construídas no primeiro governo e o maior envolvimento dos sem-teto com estas, assim como a implantação do programa “Minha casa, minha vida” - a mais importante e divulgada política habitacional da “Era Lula” - certamente contribuíram com a diminuição das ocupações durante o segundo governo Lula⁶.

⁶ Os ascensos e descensos das ocupações também estão relacionados com a atuação do governo estadual e municipal. Cada caso deve ser analisado separadamente, levando em conta as dimensões

O Programa “Minha casa, minha vida. 1 milhão de casas. Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros” foi lançado, em março de 2009, como uma medida do governo brasileiro de combater e amenizar os efeitos da crise econômica mundial agravada em 2008⁷.

Os principais objetivos do pacote são implementação do Plano Nacional de Habitação, construindo um milhão de moradias; aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e geração de emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil.

Sabe-se que a maior parte do déficit habitacional brasileiro está concentrado na população que recebe de 0 a 3 salários mínimos e que, como a bibliografia tem demonstrado, esta população não consegue comprar suas casas sem a ajuda do governo, pois hoje a prestação da casa própria é incompatível com a renda dessas famílias. O pacote habitacional se propõe justamente a dar este auxílio às famílias mais pobres. Mas será mesmo?

A parcela populacional que recebe de 0 a 3 salários mínimos representa 90,9% do déficit habitacional total; as famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos representam 6,7% e, por fim, a população que recebe de 6 a 10 salários mínimos representa 2,4% do déficit total.

Se o pacote fosse respeitar, de fato, o déficit habitacional das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a quantidade de moradias a serem construídas para esta faixa deveria ser de 900 mil, no entanto, os dados apresentados no lançamento do Programa foram outros: para as famílias de 0 a 3 salários mínimos serão construídas 400 mil moradias, para as famílias de 3 a 4 salários mínimos 200 mil moradia, de 4 a 5 salários mínimos 100 mil, de 5 a 6 salários mínimos 100 mil, e de 6 a 10 salários mínimos 200 mil moradias. Vê se logo de saída que as políticas não estão tão direcionadas assim para a parcela populacional que mais precisa do investimento.

O posicionamento dos dois movimentos do centro frente a este Programa é expresso principalmente nas ações articuladas por suas “entidades mães”. Enquanto o Movimento de Moradia do Centro é filiado à União dos Movimentos de Moradia (UMM), o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) é filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM).

Na época de pré-lançamento do Programa, a página da internet da União dos Movimentos de Moradia exibia fotos de seus integrantes em uma discussão com alguns ministros a respeito do pacote habitacional. Nessas discussões, os movimentos sociais defenderam a priorização de

estruturais e conjunturais. Como essa análise extrapola os limites deste trabalho deixamos isso indicado para um futuro estudo.

⁷Uma importante crítica do pacote habitacional é feita por Rolnik e Kazuo (2009).

financiamento para as famílias de baixa renda e, ainda, apresentaram suas preocupações diante do fato de que as famílias com renda mensal acima de 5 salários poderiam “comer” os financiamentos e subsídios da faixa populacional de mais baixa renda (UNMP).

Apesar disso, parece que tais lideranças não foram ouvidas, ou se foram, não foram atendidas e as famílias que recebem acima de 5 salários mínimos mensais foram incluídas no pacote habitacional.

Um ano depois do lançamento do projeto vêm as manifestações mais exacerbadas. Em abril de 2010, a UMM faz uma manifestação em frente à sede da Caixa Econômica Federal, na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo reivindicando que o Programa saísse de vez do papel e que as famílias de baixa renda fossem contempladas com essa política. A UMM possui reivindicações pontuais como a agilidade na aprovação e desburocratização dos processos. Não aparecem aqui críticas ao governo Lula ou à estrutura do Programa, apenas reivindica-se que este seja colocado em prática.

No final de abril de 2010, a Frente de Luta por Moradia, composta por diversos movimentos, dentre eles o Movimento Sem-Teto do Centro, realizou três ocupações simultâneas (duas no centro da cidade e uma na zona sul da cidade de São Paulo) e ainda organizou um acampamento em frente à prefeitura de São Paulo.

A carta aberta escrita pela FLM e divulgada na ocasião estas ações destaca que as políticas habitacionais existentes não estão contemplando as famílias que mais precisariam de subsídio, que são as famílias que possuem renda mensal inferior a três salários mínimos. A carta ainda destaca, o que alguns analistas já destacara na época do lançamento do Programa, a valorização e o aumento do preço das terras devido a demanda que surge junto com o lançamento do Programa Minha casa, minha vida (FLM, 26/04/2010).

Em março de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo juntamente com movimentos de outros estados lançam a Jornada Nacional “Minha casa, minha luta”, seguindo assim a estratégia de nacionalização e ampliação das bases do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto nos diversos estados brasileiros. O início desta Jornada se deu com manifestações e ocupações em todo o país.

É fato que o nome escolhido ao pacote habitacional federal, Minha casa, minha vida, é bem apelativo e faz com que as famílias de baixa renda, carentes de moradia digna, principalmente os sem-teto, se identifiquem muito com o programa já que para estas pessoas a possibilidade de se ter uma moradia digna representa a possibilidade e a esperança de se mudar de vida e ter dias melhores. Neste sentido, o nome parodiado da Jornada de

Luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, “Minha casa, minha luta” também é forte e significativo. O movimento explica isso da seguinte maneira:

Assim como acreditamos que nossa casa quem garante é nossa luta, acreditamos também que nossa vida é nossa luta; luta por trabalho, pela básica sobrevivência, luta por respeito, pela nossa dignidade, luta por educação (ao lado e apoiando os professores hoje em greve) pública, gratuita e de qualidade, nossa luta por uma cidade justa instaurada numa sociedade que não seja guiada pelo lucro a todo custo. (FLM, 30/03/2010).

Das principais críticas que os sem-teto do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e os movimentos que integram a Frente Nacional de Resistência Urbana fazem podemos destacar: 1) o conteúdo de mercado desse projeto, no sentido de que ele busca aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego e aí, como conseqüência, ter-se-ia a construção de casas que contribuiria para a diminuição do enorme déficit habitacional brasileiro; 2) se o número de um milhão aparece uma grande cifra, diante da demanda por moradia no Brasil ele é pequeno e coloca assim milhares de famílias a disputar um direito. De acordo com o movimento⁸, o programa conta com 18 milhões de pessoas cadastradas; 3) o comprometimento maior do governo Lula com frações da classe capitalista do que com a classe trabalhadora miserável.

Depois de mais de um ano da implantação do *Minha casa, minha vida*, pode-se dizer que o Programa não está contemplando de maneira satisfatória os movimentos dos sem-teto e é criticado por esses, embora o conteúdo da crítica seja diferente entre os sem-teto.

Defendemos a hipótese de que esse conteúdo diferenciado da crítica ocorre devido à heterogeneidade nas orientações político-ideológicas existente entre os movimentos e as suas conseqüentes relações com os partidos políticos, governo e Estado.

Verificamos assim que as críticas mais agudas ao governo vêm justamente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, movimento considerado aqui no terceiro nível de politização e, portanto, mais radical e com forte ideologia revolucionária. Este movimento não denuncia apenas a burocratização e lentidão do Programa (como faz a UMM, por exemplo) ou os seus reveses (como faz a FLM ao constatar que aconteceu um aumento do preço do terreno). O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto critica a própria formulação, objetivos e a estrutura elitista desta política habitacional.

⁸ No site www.mtst.info.

Bibliografia

- BONDUKI, N. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. In: *Arq.urb* – Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo. N°1. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: novembro 2009.
- FLM. *Carta Aberta*. São Paulo, 26 de abril de 2010. Disponível em: <www.prod.midiaindependente.org/pt/red/2010/04/470412.shtml>. Acesso em abril 2010.
- _____. *Jornada Nacional de Lutas Populares Urbanas*. 30/03/2010. Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/03/468714.shtml>. Acesso em: maio 2010.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MTST. Disponível em: <<http://www.mtst.info/?q=node/99>>. Acesso em: janeiro 2010.
- NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Nathalia C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. Dissertação de Mestrado.
- ROLNIK, R; KAZUO. As armadilhas do pacote habitacional. Disponível em: <www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68>. Acesso em: março 2009.
- TATAGIBA, L; TEIXEIRA, A. C. O papel do CMH na política de habitação em São Paulo. In: CYMBALISTA, R. ET AL. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; 31).
- UNMP. *Ministra Dilma e Ministro Guido Mantega debatem as medidas de habitação com movimentos*. Disponível em: <www.unmp.org.br>. Acesso em: março 2009.